

Pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos.

### PRELIMINARMENTE.

Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação, pedido de provimento e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Licitação suso mencionado.

### DOS FATOS SUBJACENTES

1 – A licitante que a este subscreve, inconformada com a decisão da Douta Comissão no que concerne a aceitação do CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO acostado pela licitante S.A. CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES EIRELI-EPP, sem a devida chave de verificação do CAU, volta a se manifestar no sentido de aclarar e sanear as dúvidas existentes quanto a documentação acostada no bojo de documentos da apresentadas pela licitante supra mencionada.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo a quando do registro do ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO em sua plataforma gera uma **chave de impressão** na parte lateral das páginas do referido atestado, numeração pela qual se verifica a autenticidade do documento registrado no Conselho.

No caso concreto, a licitante S.A. CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES EIRELI-EPP apresentou o Atestado sem a devida chave de verificação, impossibilitando dessa forma a constatação da veracidade do documento. Ainda assim a Douta comissão aprovou e aceitou o atestado acostado por essa licitante, mantendo a licitante habilitada para a fase seguinte da licitação.

### DO DIREITO

Para que possamos prosseguir o presente processo licitatório dentro dos princípios basilares do Direito, faz se necessário a abertura de sindicância para averiguar a legalidade do aludido atestado.

A Lei de Licitações em art. 41 preconiza que:

Art. 41 - A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

O Instrumento convocatório estabelece no item 7.9.7 o seguinte:

*7.9.7 – As Licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à*